



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

CONCURSO PÚBLICO

PROVAS OBJETIVAS – PEDAGOGIA DOCENTE

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição, cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciar a prova.
4. Sua prova tem **30** questões, com quatro alternativas.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta, correspondente a alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas ou rasuradas ou marcadas diferente do modelo estabelecido no cartão-resposta serão anuladas.
6. O cartão-resposta não será substituído, salvo se tiver erro de impressão.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada, com duração máxima de **03h**, incluído o tempo para a realização da prova objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas **01h** após o início da mesma, sob pena de ser excluído do concurso.
10. O candidato somente poderá levar o caderno de provas após **1h 30m** do início da mesma.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar o cartão-resposta, preenchido e assinado, ao fiscal de sala.
12. Os **03** (três) últimos candidatos que realizarem a prova devem permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta preenchidos e o material de prova não utilizado. Esses candidatos deverão assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA PROVA!

QUESTÕES OBJETIVAS – PEDAGOGIA DOCENTE

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

01. Conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- a) baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.
- b) elaborar e executar sua proposta pedagógica.
- c) exercer ação redistributiva em relação às suas escolas.
- d) elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

02. A educação superior, de acordo com a legislação vigente, tem por finalidade:

- a) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.
- b) oferecer cursos sequenciais por grupos de saber.
- c) promover a extensão, aberta à participação exclusiva dos docentes e alunos.
- d) assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre esse nível de ensino.

03. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo:

- a) trezentos e sessenta dias de trabalho acadêmico efetivo, incluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- b) trezentos e sessenta dias de trabalho acadêmico efetivo, incluindo o tempo reservado aos exames finais e estágios, quando houver.
- c) duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais e estágios, quando houver.
- d) duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

04. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

- a) um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de especialização.
- b) um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de pós-doutorado.
- c) produção intelectual particular mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.
- d) produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto do regional e nacional.

05. No que se refere aos princípios e fins da educação Nacional, é correto afirmar que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- a) singularidade de ideias e de concepções pedagógicas.
- b) obrigatoriedade de aprender e ensinar.
- c) gestão democrática do ensino público, na forma da Lei 9.394/96, e da legislação dos sistemas de ensino.
- d) vinculação entre a educação escolar e o programa de estágio supervisionado.

06. Aprovado em 1998, o Plano Nacional de Educação tem como um dos principais objetivo:

- a) a melhoria da qualidade da educação profissionalizante.
- b) a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
- c) a disseminação e implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- d) o fornecimento de recursos informáticos e multimídia para o ensino fundamental.

07. No que se refere aos objetivos e metas para a educação infantil, estabelecidos no Plano Nacional de Educação, e dando cumprimento ao determinado na LDB, é correto afirmar que:

- a) a oferta de educação infantil deverá ser ampliada de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.
- b) a oferta de educação infantil deverá ser ampliada de forma a atender, em cinco anos, a 50% da população de até 3 anos de idade e 50% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 100% das crianças de 0 a 3 anos e 100% das de 4 e 5 anos.
- c) a oferta de educação infantil deverá ser ampliada de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 80% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 100% das de 4 e 5 anos.

d) a oferta de educação infantil deverá ser ampliada de forma a atender, em cinco anos, a 10% da população de até 3 anos de idade e 20% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e, até o final da década, alcançar a meta de 30% das crianças de 0 a 3 anos e 40% das de 4 e 5 anos.

08. O Plano Nacional de Educação estabelece que, para o ensino médio, a idade recomendada é de:

- a) 16 anos para a 1ª série, 17 para a 2ª e 18 para a 3ª série.
- b) não faz recomendações de idade devido à distorção idade-série.
- c) 15 anos para a 1ª série, 16 para a 2ª e 17 para a 3ª série.
- d) 14 anos para a 1ª série, 15 para a 2ª e 16 para a 3ª série.

09. No que se refere à educação especial, é incorreto afirmar que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- a) currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização, específicos para atender às suas necessidades.
- b) acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- c) a oferta da educação especial é um dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
- d) professores com especialização adequada em nível de pós-graduação, para atendimento especializado, bem como professores do ensino superior capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

10. A LDB, em seu art. 9º, trata das incumbências da União. Sobre esse tema é correto afirmar que:

- a) cabe à União coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.
- b) cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.
- c) baixar normas gerais sobre o processo de seleção dos professores do ensino médio e fundamental.
- d) assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a aprovação ou reprovação dos alunos.

11. O Ministério da Educação apresentou uma proposta de reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e sua utilização como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. Assim é incorreto afirmar que:

- a) a proposta tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.
- b) as universidades possuem autonomia, mas terão que aderir, até 2010, à utilização do novo exame como única forma de processo seletivo.
- c) o Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni).
- d) cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.

12. O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade:

- a) oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua autoavaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mundo do trabalho quanto em relação à continuidade de estudos.
- b) a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições públicas de educação superior.
- c) a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.
- d) a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em instituições de educação superior estrangeiras.

13. Na obra Gestão democrática da escola pública, do autor Vítor Henrique Paro, os problemas que afligem a educação nacional têm sua origem, fundamentalmente:

- a) na falta de profissionais qualificados para o exercício da administração e gestão escolar.
- b) no descaso do Estado no provimento de recursos de toda ordem que possam viabilizar um ensino escolar com um mínimo de qualidade.
- c) na falta de métodos e técnicas capitalistas para uma formação mais condizente com a realidade social na qual estamos inseridos.
- d) na falta de formação tecnológica dos professores atuantes no ensino fundamental e médio.

14. De acordo com Vítor Henrique Paro, em sua obra Gestão democrática da escola pública, a participação da população na escola ganha sentido, assim, na forma de uma postura positiva da instituição com relação aos usuários, em especial aos:

- a) professores e funcionários.

- b) diretores, supervisores.
- c) pais e responsáveis pelos estudantes.
- d) proprietários e funcionários dos estabelecimentos comerciais no entorno da escola.

15. Na obra Educação e Poder, Júlio Groppa Aquino defende que a gênese da indisciplina residiria nos conflitos perpetrados pelas próprias práticas escolares, incapazes de dialogar com os novos perfis discentes. Por outras palavras, o autor quer dizer que a origem da indisciplina está em:

- a) uma escola de massa que, de certa forma, ainda preserva princípios pedagógicos e políticos de uma escola de elite, de outrora.
- b) a linguagem repleta de gírias e estrangeirismos utilizada pelos alunos de hoje.
- c) falta de apoio, orientação e educação que deveriam ser dadas no contexto familiar desde a tenra infância.
- d) falta de um espaço adequado e de um menor número de alunos em cada sala de aula.

16. O PPC, Projeto Pedagógico de Curso, é o instrumento de concepção de ensino e aprendizagem de um curso e apresenta características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes:

- a) instrumentos normativos de apoio (composição do colegiado, procedimentos de estágio, TCC, etc.).
- b) controle das ações, programas e políticas criados e desenvolvidos pelos sistemas municipais, estaduais e nacionais, na sua interação com os estabelecimentos de ensino.
- c) procedimentos a serem utilizados, a articulação dos componentes do projeto e o controle das ações e fases da pesquisa.
- d) a teoria que dará sustentação e articulação aos componentes do projeto e o controle das ações e fases da pesquisa.

17. De acordo com a Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente - a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- a) diferença de condições para o acesso e permanência na escola.
- b) direito de ser respeitado por seus educadores.
- c) obrigação de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- d) direito de receber o auxílio bolsa-escola, independentemente da frequência e aproveitamento na escola.

18. De acordo com a Lei 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- a) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, somente para os que a ele tiverem acesso na idade própria.
- b) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, somente na rede particular de ensino.
- c) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística aos que tiverem melhor desempenho nas provas e avaliações escolares.
- d) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

19. O Conselho Nacional de Educação é um órgão colegiado integrante da estrutura de administração direta do MEC e foi criado nos termos da Lei 9.131. As atribuições do Conselho são normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe:

- a) a execução das diversas fases do processo avaliativo do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.
- b) a execução da avaliação docente, avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho acadêmico de seus estudantes.
- c) formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.
- d) emitir pareceres e decidir privativa e autonomamente sobre os assuntos que lhe são pertinentes, cabendo, no caso de decisões das Câmaras, recurso ao Superior Tribunal de Justiça.

20. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) tem como objetivo avaliar:

- a) cursos sequenciais por campo de saber, graduação, pós-graduação e extensão.
- b) habilidades e competências básicas de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de acesso à escolaridade regular na idade apropriada.
- c) 40% da faixa etária entre 18 e 24 anos.
- d) as políticas que inibam às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, por meio de programas de identificação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes competir nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.

CONHECIMENTOS GERAIS

21. A Constituição da República Federativa do Brasil concede especial tratamento à educação do País, apontando em seus dispositivos inúmeros princípios norteadores, diretrizes e objetivos a serem observados pelos Poderes Públicos. Acerca dos objetivos e princípios básicos apontados na Carta Constitucional, analise a segunda coluna com as informações apresentadas na primeira e assinale a alternativa que corresponda à sequência correta:

- | | |
|-------------------|--|
| (1) princípios. | () pleno desenvolvimento da pessoa. |
| (2) objetivos. | () gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. |
| | () pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. |
| | () preparo para o exercício da cidadania. |
| | () gestão democrática do ensino público, na forma da lei. |
| | () qualificação para o trabalho. |

- a) 1, 2, 1, 1, 2 e 2.
b) 2, 1, 2, 1, 1 e 1.
c) 2, 1, 1, 2, 1 e 2.
d) 1, 2, 2, 1, 2 e 1.

22. São obrigações impostas aos docentes pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, EXCETO:

- a) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento familiar.
b) colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
c) participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
d) participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

23. O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001, impôs medidas, definiu estruturas e objetivos a serem atendidos pela Administração Pública das três esferas de governo. Analise atentamente os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes.

II – São Níveis de Ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação a Distância e Tecnologias Educacionais; Educação Tecnológica e Formação Profissional, Educação Especial e Educação Indígena.

III – O Plano, dentre outras medidas, busca o estabelecimento de programas de formação de formadores para a educação tecnológica e formação profissional.

- a) todos os itens estão incorretos.
b) todos os itens estão corretos.
c) os itens I e II estão incorretos.
d) os itens II e III estão corretos.

24. São fontes de receitas do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, nos percentuais definidos em lei, incidentes sobre a receita dos tributos abaixo, EXCETO:

- a) imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.
b) imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
c) imposto sobre serviços de qualquer natureza.
d) parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente a imóveis situados nos municípios.

25. O Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, tem as seguintes atribuições conferidas em lei, a saber:

- a) analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidade de ensino.
b) emitir parecer sobre assuntos da área educacional, somente quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.
c) subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação, cujo acompanhamento da execução competirá exclusivamente ao Conselho Regional respectivo.
d) aprovar o seu regimento, elaborado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

26. São características do Ensino Fundamental, previstas em lei, EXCETO:

- a) gratuidade nas escolas públicas.
b) duração de 9 (nove) anos.
c) início aos 4 (quatro) anos de idade.
d) recenseamento dos educandos pelo Poder Público.

27. A Lei Federal n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, incluiu nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, tornando-a obrigatória no currículo oficial da Rede de Ensino. Sobre este assunto, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

II – Nos estabelecimentos de ensino fundamental, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, exceto para os ensinos médio e superior.

III - O conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

- a) todos os itens estão corretos.
- b) os itens I e III estão corretos.
- c) os itens II e III estão incorretos.
- d) todos os itens estão incorretos.

28. No tocante às Diretrizes e Bases da Educação do Brasil, incumbe aos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, EXCETO:

a) assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas.

b) informar aos responsáveis pelo aluno sobre a frequência e rendimento escolar, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

c) notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

d) velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada discente.

29. A Lei Federal n. 11.494/07, que disciplina o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, observa o modo de atuação dos membros dos Conselhos dos Fundos. Sobre este tema, assinale a alternativa que NÃO condiz com o diploma legal citado.

a) A atuação não assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, mesmo sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações.

b) A atuação dos membros dos conselhos não será remunerada.

c) A atuação é considerada atividade de relevante interesse social.

d) Quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, ficará vedada atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

30. A LDB estabelece que a União deve elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no qual deve contar objetivos e metas para os níveis de ensino. Considerando esta afirmativa, assinale a alternativa que apresenta todos os Níveis de Ensino previstos no Plano Nacional de Educação:

a) Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior.

b) Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior.

c) Ensino Médio e Ensino Superior.

d) Ensino Fundamental e Ensino Médio.

RASCUNHO